

de Melo, Hildete Pereira; Teles, Jorge Luiz

Working Paper

Serviços e informalidade: O comércio ambulante no Rio de Janeiro

Texto para Discussão, No. 773

Provided in Cooperation with:

Institute of Applied Economic Research (ipea), Brasília

Suggested Citation: de Melo, Hildete Pereira; Teles, Jorge Luiz (2000) : Serviços e informalidade: O comércio ambulante no Rio de Janeiro, Texto para Discussão, No. 773, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), Brasília

This Version is available at:

<https://hdl.handle.net/10419/295074>

Standard-Nutzungsbedingungen:

Die Dokumente auf EconStor dürfen zu eigenen wissenschaftlichen Zwecken und zum Privatgebrauch gespeichert und kopiert werden.

Sie dürfen die Dokumente nicht für öffentliche oder kommerzielle Zwecke vervielfältigen, öffentlich ausstellen, öffentlich zugänglich machen, vertreiben oder anderweitig nutzen.

Sofern die Verfasser die Dokumente unter Open-Content-Lizenzen (insbesondere CC-Lizenzen) zur Verfügung gestellt haben sollten, gelten abweichend von diesen Nutzungsbedingungen die in der dort genannten Lizenz gewährten Nutzungsrechte.

Terms of use:

Documents in EconStor may be saved and copied for your personal and scholarly purposes.

You are not to copy documents for public or commercial purposes, to exhibit the documents publicly, to make them publicly available on the internet, or to distribute or otherwise use the documents in public.

If the documents have been made available under an Open Content Licence (especially Creative Commons Licences), you may exercise further usage rights as specified in the indicated licence.

TEXTO PARA DISCUSSÃO Nº 773

**SERVIÇOS E INFORMALIDADE: O COMÉRCIO
AMBULANTE NO RIO DE JANEIRO ***

Hildete Pereira de Melo^{**}
Jorge Luiz Teles^{***}

Rio de Janeiro, dezembro de 2000

* Este trabalho ganhou o segundo lugar no Prêmio Brasil de Economia 1999, categoria “artigo”, conferido pelo Conselho Federal de Economia (Cofecon).

** Professora doutora da UFF.

*** Mestre em Economia e professor substituto da UFF.

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO

Martus Tavares - Ministro

Guilherme Dias - Secretário Executivo



Presidente

Roberto Borges Martins

DIRETORIA

Eustáquio José Reis

Gustavo Maia Gomes

Hubimaier Cantuária Santiago

Luís Fernando Tironi

Murilo Lôbo

Ricardo Paes de Barros

Fundação pública vinculada ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, o IPEA fornece suporte técnico e institucional às ações governamentais e disponibiliza, para a sociedade, elementos necessários ao conhecimento e à solução dos problemas econômicos e sociais do país. Inúmeras políticas públicas e programas de desenvolvimento brasileiro são formulados a partir de estudos e pesquisas realizados pelas equipes de especialistas do IPEA.

Texto para Discussão tem o objetivo de divulgar resultados de estudos desenvolvidos direta ou indiretamente pelo IPEA, bem como trabalhos considerados de relevância para disseminação pelo Instituto, para informar profissionais especializados e colher sugestões.

Tiragem: 103 exemplares

DIVISÃO EDITORIAL

Supervisão Editorial: Nelson Cruz

Revisão: André Pinheiro, Elisabete de Carvalho Soares, Isabel Virginia de Alencar Pires, Lucia Duarte Moreira, Luiz Carlos Palhares e Miriam Nunes da Fonseca

Editoração: Carlos Henrique Santos Vianna, Juliana Ribeiro Eustáquio (estagiária), Rafael Luzente de Lima e Roberto das Chagas Campos

Divulgação: Libanete de Souza Rodrigues e Raul José Cordeiro Lemos

Reprodução Gráfica: Edson Soares e Cláudio de Souza

Rio de Janeiro - RJ

Av. Presidente Antonio Carlos, 51 — 14º andar - CEP 20020-010

Telefax: (21) 220-5533

E-mail: editrj@ipea.gov.br

Brasília - DF

SBS. Q. 1, Bl. J, Ed. BNDES — 10º andar - CEP 70076-900

Telefax: (61) 315-5314

E-mail: editsbs@ipea.gov.br

Home page: <http://www.ipea.gov.br>

© IPEA, 2000

É permitida a reprodução deste texto, desde que obrigatoriamente citada a fonte.

Reproduções para fins comerciais são rigorosamente proibidas.

SUMÁRIO

RESUMO

ABSTRACT

1 - INTRODUÇÃO	1
2 - CONSIDERAÇÕES SOBRE A DEFINIÇÃO DO SETOR INFORMAL.....	1
3 - OS SERVIÇOS E A QUESTÃO DA INFORMALIDADE.....	4
4 - OS AMBULANTES NO BRASIL METROPOLITANO: CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES	6
5 - O PERFIL DOS AMBULANTES DO RIO DE JANEIRO	9
5.1 - O Comércio Ambulante por Sexo	9
5.2 - Faixa Etária	11
5.3 - Escolaridade	12
5.4 - Posição na Família	13
6 - CONCLUSÃO	14
7 - BIBLIOGRAFIA	15
BIBLIOGRAFIA	15

RESUMO

O trabalho demonstra que, para os anos 90, o avanço das atividades ligadas à economia informal não se apresenta mais como fenômeno transitório na sociedade brasileira, mas como fato comprovado empiricamente para as principais regiões metropolitanas. Analisando o comércio ambulante, fica nítida a tendência da economia do Rio de Janeiro de continuar sofrendo um lento processo de esvaziamento econômico: a população economicamente ativa (PEA) e a população ocupada (PO) regional tiveram as menores taxas de expansão de todas as regiões metropolitanas, enquanto a participação dos ambulantes teve crescimento positivo. A relação destes últimos com a PEA apresenta a segunda trajetória mais expressiva da economia metropolitana nacional. Assim, pode-se concluir que o Rio de Janeiro se mantém na rota de precarização das relações de trabalho. O artigo analisa ainda o perfil dos ambulantes metropolitanos do Grande Rio, segundo sexo, idade, escolaridade, posição na família e rendimentos.

ABSTRACT

The work shows that in the 90s the growth of activities linked to the informal economy has become a lasting feature of Brazilian society; this fact is empirically verified for the main metropolitan regions. Analysing the case of street peddlers, the trend of the Rio de Janeiro economy towards a slow depletion process becomes clear: the economically active population (PEA) as well as the regional work force had the smallest growth rates of all metropolitan regions, while the share engaged in street peddling had positive growth. The street peddlers/PEA ratio of Rio had the second largest growth rate of all Brazilian metropolitan regions. One may conclude that Rio de Janeiro keeps moving towards increasingly precarious work relationships. The paper also analyses the profile of street peddlers of Greater Rio according to gender, age, schooling and familiar status, revenues.

1 - INTRODUÇÃO

O debate sobre a questão da informalidade iniciou-se na literatura das ciências sociais na década de 70, com o programa de pesquisa da OIT. Este se desenvolveu com o estudo sobre o Quênia [OIT (1972)] e, na América Latina, com o trabalho sobre o emprego na República Dominicana [OIT (1973)], prosseguindo com os trabalhos do Programa Regional del Empleo para América Latina y el Caribe (Prealc) que, a partir de meados dos anos 70, dedicou-se ao estudo da questão [ver Prealc (1974)]. O conceito setor informal popularizou-se rapidamente ao longo dessas três últimas décadas, a ponto de dificultar seu perfeito entendimento. Esse conceito tem sido objeto de muitos usos e debates no estudo do mercado de trabalho latino-americano durante a última década. Parafrasando Lopez e Monza (1995), o setor informal urbano, da mesma forma que *as bruxas*, não é definido de forma rigorosa, *mas que existe, existe*. Os estudos sobre a economia informal nos países desenvolvidos explicavam esse fenômeno como um excesso de mão-de-obra transitória na economia e que essa mão-de-obra voltaria para a formalidade à medida que o crescimento econômico avançasse. No entanto, a realidade acabou sendo diferente: os empregos estáveis e em tempo integral têm sido substituídos por uma nova forma de organização produtiva, cuja principal característica é uma enorme flexibilização nas relações de trabalho. O objetivo deste trabalho é contribuir com o estudo dessa questão, analisando a ocupação de comércio ambulante, que muitas vezes é tratada como sinônimo de informal, por ser uma das faces mais visíveis dessa atividade. A proposta deste trabalho é repensar o comércio ambulante à luz das explicações teóricas sobre setor informal e traçar um perfil desse segmento para conhecer melhor sua dinâmica no Rio de Janeiro, cuja economia é uma das mais terciarizadas do país.¹

2 - CONSIDERAÇÕES SOBRE A DEFINIÇÃO DE SETOR INFORMAL

O tema economia informal ganhou um enorme destaque na mídia e na literatura socioeconômica e pode representar fenômenos distintos, que vão desde a pura e simples evasão fiscal até meras atividades de sobrevivência de populações marginalizadas no mercado de trabalho. Em estudo pioneiro sobre a economia do Quênia [OIT (1972)], os pesquisadores analisavam a realidade econômica de um país do então chamado terceiro mundo, no qual superpunham-se dois mercados de trabalho diferenciados. Essa realidade historicamente determinada foi definida e classificada a partir de dois conjuntos distintos de atividades: *a*) setor formal, cujo funcionamento das atividades foi definido como tendo barreiras à entrada, com recursos externos, sistema de propriedade impessoal, operando em mercados amplos e protegidos por cotas e tarifas, grande escala de produção, processos produtivos de tecnologia moderna e intensivos em capital e mão-de-obra qualificada; e *b*) setor informal, definido pela inexistência de barreiras à entrada, aporte de recursos de origem doméstica, propriedade individual, operando em pequena escala, processos produtivos intensivos em trabalho, atuando em mercados competitivos e não regulados. O impacto desse estudo foi enorme e essa

¹ No mês de junho de 1999 o IBGE divulgou sua pesquisa especial sobre a economia informal urbana — *Brasil e grandes regiões, 1997*. Infelizmente, não foi possível incluí-la nesta análise.

concepção prevaleceu nos trabalhos posteriores que analisaram o mercado de trabalho das economias em desenvolvimento. Apesar da ampla aceitação e difusão da definição originada nesse estudo, não há, na literatura socioeconômica, uma definição consensual sobre o significado do setor informal, sua natureza e composição.

Dentro da órbita de informal como área de sobrevivência do excedente de mão-de-obra, a literatura passou a relacionar esse setor com a propriedade de *buffer* da crise econômica. Ou seja, funcionaria como um *colchão amortecedor*, ao absorver a mão-de-obra desempregada pela economia formal nas fases recessivas. Adicionalmente, esse setor informal teria funcionalidade para o setor capitalista propriamente dito, pois rebaixaria “o custo do trabalho ao produzir a preços menores itens da cesta do trabalhador” e atenderia “à demanda por bens e serviços em setores pouco atraentes, em termos de lucratividade para o capital” [Pero (1995, p. 17)]. Avançando nesse debate, destacamos duas definições de informal que deverão nortear a análise deste artigo:

a) Formas de produção: um dos principais autores desta definição é Souza (1980), que destacou a importância de se observar a forma de organização da produção para a classificação de informalidade. Segundo este autor, deve-se diferenciar as formas de produção capitalistas das não-capitalistas. Nas capitalistas, há uma clara separação entre a propriedade do capital e do trabalho, a produção é basicamente voltada para o mercado e predominam as relações de assalariamento. O setor informal, por seu turno, é composto por empresas organizadas de formas outras que não a capitalista de produção, “em que não se distingue a propriedade do trabalho e do capital, e onde o salário não é a forma usual de remuneração do trabalho” (p. 135, nota 6); e, ainda, por empresas não organizadas do ponto de vista jurídico, “empresas que, preenchendo a condição de serem capitalistas no sentido que se acaba de mencionar, por serem demasiadamente pequenas, não cumprem todas as obrigações legais referentes à legislação social, às leis do salário mínimo etc” (p. 135, nota 6). Essa visão foi amplamente utilizada na literatura sobre o tema, destacando-se as propostas de aperfeiçoamento do conceito feitas por Cacciamali em diversos trabalhos sobre o tema (1983, 1989, 1991 e 1994). Essa autora propôs uma nova abordagem de informalidade, desmembrando a formulação de Souza (1980) em duas outras: setores formal e informal, e setores registrado e submerso. Essas duas formulações não são excludentes, se sobrepondo inclusive em alguns pontos. Mas suas existências são defendidas pela autora, dadas as diferenças de ordem econômico-produtiva e social, e até em termos de ordem política que elas propiciam.

b) Ilegalidade: uma das linhas de pensamento da teoria neoclássica explica a origem do excedente de mão-de-obra a partir da relação entre os preços de fatores de produção. Esse excedente seria consequência de alguma ineficiência econômica no mercado de bens e fatores. A alocação indevida de fatores produtivos decorre de intervenções no mercado de trabalho — por parte do Estado ou da atuação dos sindicatos —, que geram distorções nos preços relativos, afetando o equilíbrio de pleno emprego, pois torna mais caro o fator trabalho em relação ao capital. Isso

resulta em substituição de tecnologias intensivas em capital, traduzindo-se em redução do nível de emprego. Os desempregados saem então à procura de emprego em atividades de menor produtividade. Constrói-se, assim, a tipologia do dualismo produzido pela distorção dos preços relativos (“protegido/desprotegido”, “moderno/ tradicional” etc). Vista a questão por outro ângulo, a maior utilização de tecnologias intensivas em capital — como consequência do próprio modelo de desenvolvimento escolhido —, em detrimento das tecnologias intensivas em trabalho, reduz o nível de emprego. E a massa desempregada se depara com empresas que procuram diminuir seus custos — principalmente os de mão-de-obra. Como a legalização do empregado — que no Brasil se reflete no registro na carteira de trabalho — traz no bojo o pagamento de encargos sociais que elevam o custo do trabalho, aquela necessidade de redução dos custos toma a forma de emprego sem contrato legal de trabalho. E “se o sistema de intervenção estatal for ineficiente e/ou a taxa de desconto intertemporal for alta, os trabalhadores terão preferência por maiores salários hoje do que obter os benefícios não pecuniários que só dariam frutos no futuro ou em período de contingência” [Pero (1995, p. 20)]. Ou seja, essa preferência se expressaria pela inserção do ocupado no mercado de trabalho à margem da legislação, por opção.

O setor informal definido dessa maneira — ou setor submerso, como prefere chamá-lo Cacciamali (1983) — é composto por agentes que atuam à margem da regulação do Estado: em relação às firmas significa, em linhas gerais, sonegação em seus vários aspectos (de informações relativas a receitas, compras de materiais, contratação de empregados etc.); em relação aos empregados, significa atividade fora das normas da legislação trabalhista, como também atividades clandestinas (inclusive algumas ilícitas, à luz do código penal, como prostituição e contrabando). Essa definição esbarra em realidade diferente quanto à opção dos trabalhadores por essa forma de inserção. Barros, Mello e Pero (1993) estimam os diferenciais entre empregados com e sem carteira de trabalho controlados por nível educacional, idade e região metropolitana, e verificam que os empregados com carteira (formais) ganham relativamente mais. Em outro trabalho, Pero (1995) concluiu que a maioria dos empregados sem carteira está interessada em mudar para o mercado de trabalho formal.

Diante dos impasses na definição pela literatura socioeconômica sobre o significado do setor informal, a 15ª Conferência de Estatísticos do Trabalho (OIT),² em 1993, consagrou o conceito de setor informal a partir da unidade econômica (de produção), e não do trabalhador individual. Essa definição assemelha-se à da forma de produção. Assim, setor informal são as unidades produzindo bens e serviços com o objetivo de gerar emprego e renda para seus participantes, excluídas aquelas engajadas apenas na produção de bens e serviços para autoconsumo.³ Portanto, essa conceituação afirma que o setor informal é formado por um conjunto de unidades produtivas de baixa capitalização, que

² Baseado em IBGE (1996).

³ O entendimento do que seja setor informal é dificultado pela variedade de interpretações. Ana Flávia Machado e Mônica Viegas Andrade (Cedeplar/Face/UFMG) consideram os trabalhadores por conta própria e os trabalhadores sem carteira [ver Machado e Andrade (1995)].

produzem em pequena escala, sem acesso a crédito, e é quase inexistente a separação entre capital e trabalho enquanto fatores de produção. Essas unidades usam técnicas de produção obsoletas,⁴ não importando o local onde desenvolvem a atividade produtiva, a utilização de ativos fixos ou a duração desta, isto é, se permanente, sazonal ou ocasional. O fato de essas unidades produtivas terem ou não registros não serve de critério para a definição de informal, pois o que importa é o modo de organização e funcionamento da unidade econômica e não o *status* legal.

Essa definição foi adotada pelo IBGE para sua pesquisa sobre a economia informal urbana, delimitando que pertencem ao setor informal todas as unidades econômicas de propriedade de trabalhadores por conta própria e de empregadores com até cinco empregados — independentemente do número de proprietários ou trabalhadores sem remuneração, moradores de áreas urbanas, sejam elas a atividade principal de seus proprietários ou atividades secundárias.

Dentro dessa linha de pensamento, o setor informal seria caracterizado pela não-diferenciação nítida entre posse dos meios de produção e posse da força de trabalho. Logo, o produtor direto reúne em si mesmo as figuras do patrão e de empregado — incluindo-se a possibilidade de empregar familiares e/ou ajudantes (inclusive assinando a carteira de trabalho) e sempre participando do produzir e efetuando o gerir. Nesse caso, a sua receita está subordinada ao mercado de bens e serviços, e não ao mercado de trabalho. Conseqüentemente, esse setor abarca a produção mercantil simples, a qual não segue a lógica capitalista de processo de acumulação ou a taxa de retorno competitiva, mas sim a de maximização do fluxo de renda total gerado pela atividade, de modo que possibilite a reprodução do produtor e de sua família, e, em segundo lugar, a continuação da atividade [Cacciamali (1991)]. Esse setor abrangeria, então, os trabalhadores por conta própria e as pequenas empresas, familiares ou não.

3 - OS SERVIÇOS E A QUESTÃO DA INFORMALIDADE

O setor serviços é um absorvedor da mão-de-obra excluída das demais atividades econômicas, na perspectiva de um “colchão anticíclico”, como concluíram as pesquisas de Barros e Mendonça (1997) e de Melo *et alii* (1998), analisando o caso brasileiro. Mesmo reconhecendo que esse fenômeno não é uma prerrogativa da economia brasileira ou latino-americana, mas um fato recorrente na economia mundial, no Brasil, os serviços vêm assumindo importância crescente como geradores de postos de trabalho. Em 1996, 59% da população ocupada brasileira trabalhava no setor serviços, enquanto essa participação era de 49,5% em 1985 (PNAD/IBGE). Entre 1985 e 1996 somente as atividades do setor serviços e da construção civil apresentaram taxas de crescimento da ocupação relevantes, a expansão do emprego industrial foi modesta e a agropecuária cancelou postos de

⁴ Ver Tokman (1978), em que o autor encontrou evidência de que os proprietários e os trabalhadores das microempresas informais são forçados a aceitar salários/rendimentos mais baixos para assim compensar o impacto da inferioridade tecnológica de suas unidades.

trabalho. O significado do setor serviços como absorvedor de mão-de-obra expulsa dos demais setores econômicos é uma importante característica a ser averiguada na análise da economia informal. Melo *et alii* (1998) afirmam que a proporção da mão-de-obra contratada com carteira de trabalho nos serviços é extremamente reduzida, mal chegando a 25% — taxa de participação só superior às da construção civil e agropecuária — enquanto há uma elevada proporção de trabalhadores por conta própria e sem carteira, sugerindo um alto grau de informalidade das relações de trabalho no setor.

Numa questão a literatura socioeconômica concorda atualmente: o avanço das atividades ligadas à economia informal não se apresenta como um fenômeno transitório, nem essas desaparecerão espontaneamente em um futuro previsível na economia nacional e mundial. No entanto, é preciso separar a fronteira entre o trabalho desprotegido (sem carteira) e o que chamamos de economia informal urbana. No interior dessa economia, o comércio é uma das principais atividades desenvolvidas pelos seus participantes. No caso brasileiro, na estrutura do setor serviços, este apresenta-se como extremamente relevante, respondendo, em 1995, por cerca de 22,53% da ocupação do setor serviços, e por 6,3% da geração do PIB. Além do mais, essa atividade gerou cerca de 26% dos postos de trabalho na economia nacional, quando se compara 1995 a 1985. Avaliando a importância do comércio na oferta de postos de trabalho na economia, deve ser destacado o significado do comércio ambulante, que aumentou expressivamente seu peso no interior dessas atividades.⁵ É preciso esclarecer que 68% dos postos de trabalho no comércio são oriundos do comércio varejista e atacadista, mas 21% derivam-se do comércio ambulante, tendência que se manifestou mais fortemente nos anos 90 em todo o país [Melo *et alii* (1998)].

Diante da constatação de que a geração de postos de trabalho no comércio foi em parte oriunda do comércio ambulante, isso estimula o debate sobre a questão da informalidade nas relações econômicas e da invasão do espaço público dos grandes centros urbanos pelos camelôs/vendedores ambulantes. As explicações em geral reportam-se às dificuldades que nestes anos os trabalhadores estão encontrando para se inserirem no mercado de trabalho. A literatura econômica latino-americana [Prebisch (1963) e Pinto (1984)], quando trata dessa questão, explica a expansão dessas atividades pelo “inchaço”, isto é, o comércio ambulante é o refúgio da mão-de-obra desqualificada e excluída do emprego rural ou industrial. Há, dessa forma, uma necessidade de se repensar o comércio ambulante à luz das explicações teóricas sobre setor informal, a fim de se compreender melhor a existência e o funcionamento desse segmento do comércio tão identificado com a informalidade.⁶ Para que esse intuito seja logrado, é necessário traçar um perfil desse segmento, a fim de se conhecer suas peculiaridades e dinâmica interna.

⁵ Comércio ambulante é definido como aquele realizado na rua e pelos vendedores porta a porta.

⁶ Ver sobre o comércio de rua de São Paulo/SP, Costa (1989), e sobre o de Recife/PE, Lubambo, *et alii* (1993).

Como conciliar a noção teórica de que atividades informais atuam em áreas intersticiais deixadas pelo setor formal (ou atividades tipicamente capitalistas) com a realidade de que o comércio de rua concorre diretamente com o comércio formal, no sentido de que o produto e o público-alvo dos camelôs são também comuns ao comércio formal? A teoria econômica diz que a exploração informal de uma atividade existiria enquanto esta atividade não se tornasse lucrativa para o capital, o que se refletiria, por exemplo, no tipo de mercadoria de caráter artesanal, personalizado, ou manufaturado, mas sem exercer atratividade ao capital, produzida e/ou comercializada pelo setor informal. A realidade mostra que as mercadorias comercializadas pelos informais é exatamente a mesma do setor formal, escasseando cada vez mais os camelôs que vendem produtos artesanais, personalizados, ou de fabricação própria.⁷

4 - OS AMBULANTES NO BRASIL METROPOLITANO: CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES

Analisando a ocupação de ambulantes, Melo (1999) concluiu que no setor serviços são as atividades de comércio e hospedagem/alimentação que concentram o maior contingente de microempresários informais, e que, no corte de conta-própria, são as atividades de manicure/cabeleireiro e comércio ambulante as mais significativas para os trabalhadores por conta própria.⁸ Nesse mesmo trabalho, a autora observa que 88% da mão-de-obra da informalidade no Brasil, em 1996, eram compostos por trabalhadores por conta própria, o que permite pensar que os pequenos negócios não comportam nada além do próprio trabalhador. Na análise dos dados da PNAD do IBGE, para o segmento de ambulantes nos anos compreendidos entre 1993 e 1996, notam-se algumas mudanças no interior da ocupação. Em 1993, eram todos praticamente conta-própria e os empregadores respondiam apenas pela ínfima parcela de 0,4%. Em 1996, os microempresários cresceram um pouco, atingindo a participação de 1,48% da categoria.

Neste trabalho, a base de dados é a PME do IBGE, e não foram abertos os dados no interior das atividades de comércio para o corte microempresários (até cinco empregados) e conta-própria. Mas como numa *proxy* os ambulantes são majoritariamente trabalhadores por conta própria, a Tabela 1 mostra a evolução dessa posição na ocupação para as regiões metropolitanas brasileiras. O que ressalta aos olhos é que, para todas as regiões, o conta-própria manteve durante todos os anos 90 o patamar e 20% de taxa de participação, claro que num movimento ascendente, como demonstra a Tabela 2. Nessa tabela, observa-se que os trabalhadores por conta própria cresceram, em média, 15%, no período 1991/98. Essa mesma tabela mostra também que, no Rio de Janeiro, essa posição apresenta a maior taxa de crescimento das regiões metropolitanas, seguida de São Paulo. Belo Horizonte destaca-se pela menor taxa de crescimento, inclusive muito abaixo da média nacional.

⁷ Não foram incluídos aqui os artesãos, os quais se concentram em feiras de artesanato, mercados mais especializados e mais concentrados, de menor facilidade de entrada.

⁸ A base de dados deste trabalho é a PNAD/IBGE.

Tabela 1

Participação dos Trabalhadores por Conta Própria na Ocupação Total, por Região Metropolitana — 1991/98

(Em %)

Anos/Média	Rio de Janeiro	São Paulo	Porto Alegre	Belo Horizonte	Recife	Salvador	Total
1991	21,96	17,35	20,69	21,47	24,16	23,97	20,10
1992	22,59	18,31	22,23	21,64	26,02	23,94	20,94
1993	22,78	17,84	22,05	21,67	27,18	25,26	20,94
1994	23,35	18,82	22,19	22,33	27,13	27,59	21,72
1995	23,75	19,04	22,32	21,92	28,71	27,05	21,95
1996	24,06	20,29	24,03	22,59	28,17	27,72	22,77
1997	24,95	21,06	23,70	22,41	27,73	27,75	23,26
1998	26,22	20,47	22,91	22,02	27,06	27,17	23,16

Fontes: PME/IBGE e Ministério do Trabalho/IPEA (1999).

Tabela 2

Taxa de Crescimento da Participação dos Trabalhadores por Conta Própria na Ocupação Total, por Região Metropolitana — 1991/98

(Em %)

Anos	Rio de Janeiro	São Paulo	Porto Alegre	Belo Horizonte	Recife	Salvador	Total
1991	21,96	17,35	20,69	21,47	24,16	23,97	20,10
1998	26,22	20,47	22,91	22,02	27,06	27,17	23,16
Taxa de Crescimento	19,00	18,00	11,00	3,00	12,00	13,00	15,00

Fonte: PME/IBGE — elaboração própria.

Com a preocupação de analisar o comércio ambulante propriamente dito e o seu crescimento nas regiões metropolitanas, foi feita uma relação dessa atividade com a população economicamente ativa (PEA) e a população ocupada (PO), para situar a dinâmica dessa atividade no mercado de trabalho metropolitano brasileiro. Esses dados estão discriminados na Tabela 3, em que se nota que o maior crescimento da PEA e da PO foi em Belo Horizonte, isto é, as pessoas foram ao mercado de trabalho e estão encontrando emprego na capital mineira, e não é de ambulante, pois a relação ambulante/PEA lá é fortemente negativa. Recife é um caso interessante, com baixas taxas de crescimento da PEA, PO e o comércio ambulante com a segunda taxa negativa de crescimento mais alta, o que implica deduzir que a região foi extremamente empobrecida. Num caso parecido mais com alguma nuance quanto à pobreza, tem-se a zona metropolitana de Salvador, onde a PEA e a PO cresceram e os ambulantes tiveram um certo aumento, mas abaixo da expansão da PEA, o que significa que surgiram ocupações em outras atividades na economia formal e informal da capital baiana. As regiões metropolitanas de Porto Alegre e São Paulo tiveram um aumento significativo do comércio ambulante, com uma taxa de crescimento que foi o dobro da do Rio de Janeiro. Como essas regiões têm perfis distintos da carioca, seja porque São Paulo é a mais industrializada do país e a gaúcha, uma economia com renda mais bem distribuída, é surpreendente a explosão dos ambulantes nas duas regiões,

evidenciando que, no caso paulista, o desemprego que assola a Grande São Paulo está expresso na relação ambulantes/PEA, enquanto, no caso de Porto Alegre, também parece ser esta a explicação. O Rio de Janeiro continua num processo lento de esvaziamento econômico: a PEA e PO tiveram as menores taxas de expansão de todas as regiões metropolitanas e os ambulantes, crescimento positivo, sendo a evolução da relação destes com a PEA a segunda trajetória mais expressiva da economia metropolitana brasileira.

Tabela 3

Taxa de Crescimento da PEA, da PO e do Comércio Ambulante, por Regiões Metropolitanas — 1996/91

(Em %)

	Rio de Janeiro	Porto Alegre	Belo Horizonte	Recife	Salvador	São Paulo
Comércio Ambulante	12,00	22,53	-7,47	-8,57	4,14	22,57
PEA	3,18	14,39	15,10	5,41	11,96	10,42
Ambulante/PEA	8,55	7,12	-19,61	-13,26	-6,98	11,01
PO	3,11	12,51	14,47	5,68	11,01	9,53

Fonte: PME/IBGE — elaboração própria.

Como estamos interessados na análise do comércio ambulante do Rio de Janeiro, fizemos uma avaliação do peso dos ambulantes na PEA dessa região metropolitana em relação às demais, o que pode ser observado na Tabela 4. Mesmo não apresentando a maior taxa de crescimento do comércio ambulante, o Rio de Janeiro teve o impacto mais significativo dessas atividades sobre o crescimento da PEA. A Tabela 4 mostra ainda que até 1995 havia uma tendência de diminuição da diferença de importância dos ambulantes na PEA das demais regiões em relação ao Rio de Janeiro: em todas as regiões eles cresceram, mas no Rio de Janeiro este crescimento foi mais acentuado, demarcando um aumento da informalidade para o mercado de trabalho fluminense. Considerando que isso também qualifica essa expansão, demonstrando que tipo de atividade informal está aumentando na economia do Rio de Janeiro, esses dados reforçam a hipótese de empobrecimento do mercado de trabalho da região.⁹

Tabela 4

Ponderação das Participações de Comércio Ambulante na PEA por Região Metropolitana com relação ao Rio de Janeiro — 1991/96

(Em %)

	1991	1992	1993	1994	1995	1996
São Paulo/Rio de Janeiro	0,66	0,59	0,57	0,61	0,59	0,68
Porto Alegre/Rio de Janeiro	2,71	2,49	2,41	2,33	2,36	2,68
Belo Horizonte/Rio de Janeiro	3,27	3,01	2,72	2,55	2,47	2,42
Recife/Rio de Janeiro	5,05	5,10	4,77	3,87	3,78	4,04
Salvador/Rio de Janeiro	4,87	4,64	4,35	4,11	4,05	4,18

Fonte: PME/IBGE — elaboração própria.

⁹ Ainda que os ambulantes ganhem mais que os demais trabalhadores (com e sem carteira), esses dados revelam uma precarização das relações de trabalho no Rio de Janeiro.

5 - O PERFIL DOS AMBULANTES DO RIO DE JANEIRO

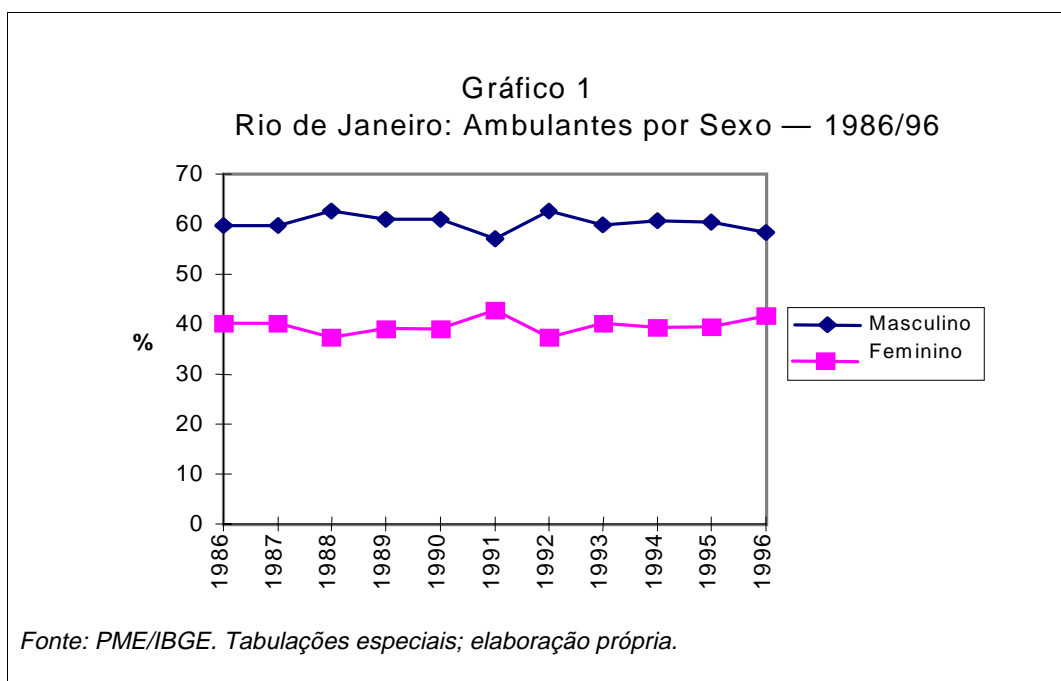
A economia do Rio de Janeiro nos anos 90 apresenta-se como uma das estruturas econômicas mais terciarizadas do país. A cidade do Rio de Janeiro e sua região metropolitana, junto com São Paulo e Belo Horizonte, formam um triângulo geopolítico, onde se encontra cerca de 70% do produto e da renda nacional. Nas palavras de Lessa (1995), o Rio de Janeiro pode ser o vértice desse triângulo. Mas o Rio de Janeiro, ao longo do século XX, perdeu importância estratégica e se fragmentou em muitas cidades, com diferenças brutais entre a Barra da Tijuca e bairros e subúrbios, como Cidade de Deus e mesmo o centro da cidade, com suas centenas de pessoas morando nas ruas. Todos esses “Rios de Janeiro” têm em comum uma população pobre, vítima do esfacelamento e esvaziamento da economia e da sociedade, exercendo um comércio de produtos legais e algumas vezes ilegais. Esses últimos são casos para a polícia, enquanto os primeiros precisam ser melhor estudados para que as políticas públicas possam ser implementadas e atender às suas necessidades.

No Rio de Janeiro praticamente mais de 70% dos seus trabalhadores estão alocados no setor serviços, e isso é similar às regiões metropolitanas do Recife e de Salvador, reconhecidas como regiões pobres. O setor serviços nas três regiões é caracterizado como atividades econômicas atrasadas e de baixa qualificação, com os maiores graus de informalidade dentre as demais regiões metropolitanas brasileiras. No trabalho de Amadeo, Pero e Meyer (1996) estes demonstraram que a proporção de trabalhadores no comércio ambulante na PEA ocupada do Rio de Janeiro é 24% mais alta que em São Paulo e concluíram que “a participação dos trabalhadores em atividade do setor terciário é maior no Rio de Janeiro que em São Paulo (...) e os serviços relativamente menos qualificados”. A escolha do Rio de Janeiro para análise do comércio ambulante de forma mais detalhada prende-se a esse aspecto da questão, bem como ao fato de que a pesquisa piloto feita pelo IBGE sobre a economia informal para o município do Rio de Janeiro (1996) já tinha mostrado que cerca de 79% das unidades produtivas analisadas eram de atividades do setor serviços. Isto é, eram empresas informais de reparação, serviços pessoais, diversão e domiciliares e comércio. Essas empresas apresentavam o seguinte perfil de mão-de-obra: 85% eram proprietários (empregadores ou trabalhadores por conta própria), 14% empregados (destes 71% sem carteira) e 1% trabalhadores não-remunerados.¹⁰

5.1 - O Comércio Ambulante por Sexo

O Gráfico 1 mostra que essa atividade é a preferida da mão-de-obra masculina. Ao longo da década, a taxa de participação de ambos os sexos permaneceu relativamente constante. Até 1993 oscilava bastante, mas a partir desse ano a composição por sexo tornou-se quase que constante.

¹⁰ O IBGE divulgou em junho de 1999 os resultados de uma pesquisa similar, feita para o município do Rio de Janeiro, para o *Brasil urbano*.



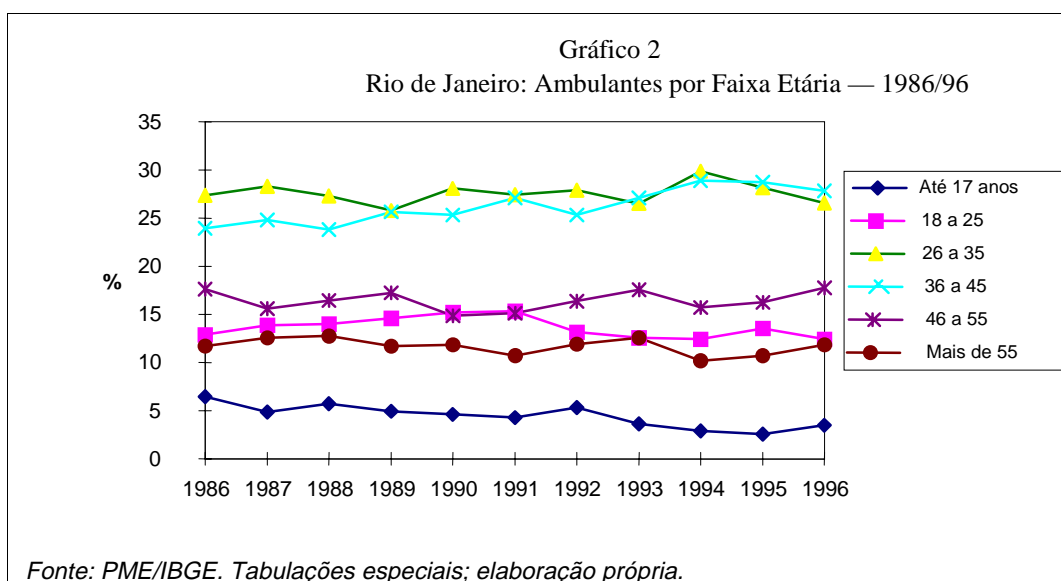
A participação de maior peso pertence aos homens, em torno de 60%. As mulheres, porém, apresentaram uma tendência levemente crescente na sua participação (superando a faixa dos 40% do total de ocupados nessa atividade informal, no final do período) com uma taxa de crescimento de 3,15%, entre os anos de 1986 e 1996. Os anos que apresentaram maior aumento na participação do sexo feminino foram 1990-1991 e 1995-1996, nos quais a economia brasileira implementava planos de estabilização. O ano de 1990 foi inclusive o de maior oscilação na composição dos ocupados em comércio ambulante, por sexo. Os anos de 1991, 1995 e 1996 apresentaram oscilações relativamente baixas.

É interessante notar que, apesar de não exigir muito esforço físico, as atividades dos ambulantes que trabalham nas ruas envolvem alguns riscos — disputas pela posse dos pontos, assaltos, perseguição de fiscais da prefeitura etc. —, principalmente quando se trata do centro da cidade, e mais ainda quando se refere às ruas de maior movimento de pedestres (consideradas bons pontos de venda). Portanto, seria de esperar uma participação maior de homens — o que se verifica pelos dados observados antes, mas não na intensidade esperada. Até porque uma das explicações para a mulher entrar no mercado de trabalho informal seria a possibilidade de um horário flexível, de meio expediente, de tal forma que ela também pudesse cuidar de seus afazeres domésticos e dos filhos.

No entanto, chama a atenção o fato de o grupo denominado “comércio ambulante” pela PME incluir tanto os camelôs quanto os vendedores “porta a porta”, sendo estes últimos, provavelmente, que possuem uma parcela bem mais significativa de mulheres — parcela que vem aumentando ao longo dos últimos anos. Por exemplo, dentre estas atividades de vendedora “porta a porta”, podem ser citadas as de representante de cosméticos e produtos de beleza (Avon, Natura, Beauty-World etc.) e de outros produtos diversos (Tupper-Ware, Hermes etc.).

5.2 - Faixa Etária

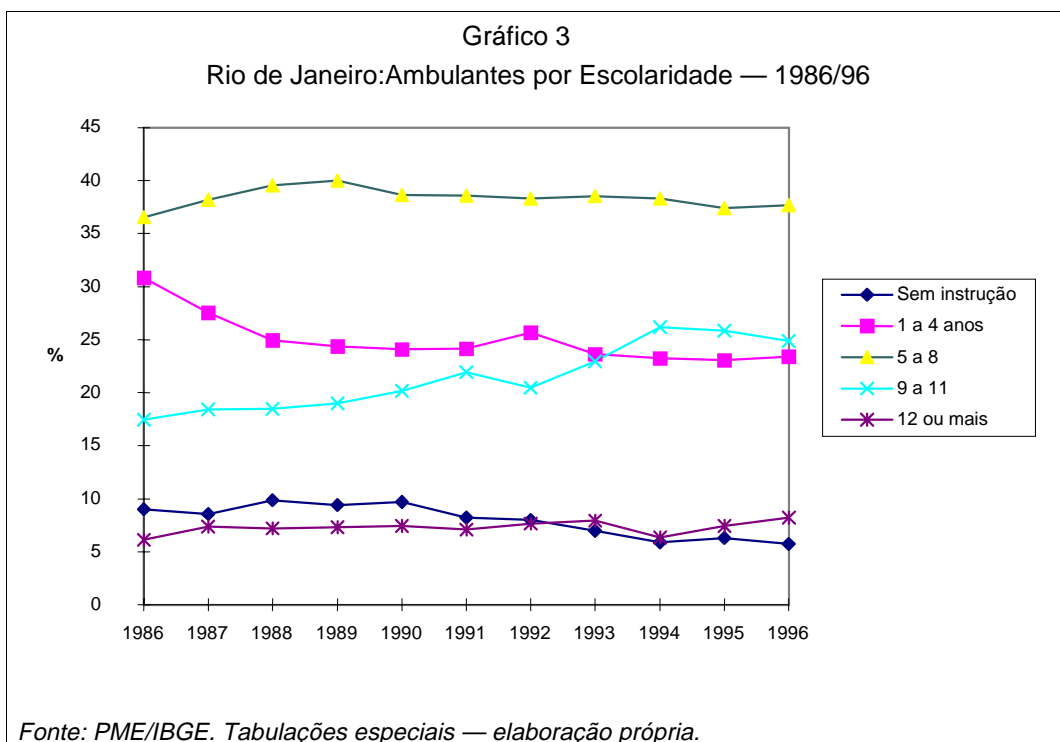
O senso comum consagra a visão de que os ambulantes são velhos e aposentados. No entanto, o Gráfico 2 mostra outra realidade. O grupo mais importante na composição da estrutura etária desses trabalhadores são das pessoas entre 26 a 35 anos, ou seja, o adulto jovem. Isso é bastante significativo, porque a PME é uma pesquisa que acompanha o trabalhador mensalmente, e essa faixa etária foi predominante na maioria dos meses pesquisados, inclusive. O segundo grupo, que acompanha de muito perto o primeiro, foi das pessoas de 36 a 45 anos. Juntas, essas faixas etárias representavam em média mais da metade do total de ocupados no comércio ambulante. Isso demonstra um perfil de adultos no auge de seu ciclo de vida produtiva e também a impossibilidade de reverter a sua posição na ocupação, porque o exercício de outro tipo de atividade será dificilmente alcançado por essa mão-de-obra, por faltar-lhe experiência e a disciplina do escritório ou da fábrica. A opção por essa forma de ocupação pode ser um reflexo da falta de emprego (dificuldade em conseguir uma ocupação formal) por parte desses homens e mulheres. Porém, interessante é notar que, para pessoas muito jovens, o mercado exige uma experiência que esta não possui, e a induz (ainda que indiretamente) a obter essa mesma experiência em uma ocupação informal. Em contrapartida, a faixa de 26 a 35 anos seria a de maior probabilidade de conseguir um emprego formal, e, no entanto, representa a de maior peso dentro da atividade informal em questão, enquanto a participação de jovens com até 25 anos declinou no período considerado! Esses dados poderiam refletir não necessariamente uma perda de atratividade da atividade informal em questão para os jovens, mas, sim, uma falta de opção maior para as faixas etárias superiores no mercado de trabalho formal. Isso pode ser observado pela menor reabsorção do mercado formalizado de pessoas com idade avançada — dissabor que já está sendo sentido pelas pessoas com idade entre 36 e 45 anos (observa-se uma redução cada vez maior do que pode ser classificado como “horizonte de idade avançada”). Esse fato é passível de ser observado pelo aumento do peso desta faixa etária (36 a 45 anos) na composição dos ocupados no comércio ambulante.



Quanto à participação dos jovens, nota-se que reduziu-se ao longo de período. Como a PME não capta idades menores de 15 anos, a faixa etária de 15 e 17 anos apresentou tendência decrescente, terminando o período com menor peso. Quanto à faixa de 18 e 25 anos, também reduziu-se, embora tenha tido um movimento ascendente até o ano de 1991. No tocante às outras faixas etárias — 46 a 55 anos e mais de 55 anos —, ambas apresentaram tendência relativamente crescente em toda a década, o que demonstra que o problema de conseguir um outro emprego formal possui maior influência na determinação da composição etária dos ocupados em comércio ambulante do que a tentativa de complementar uma aposentadoria baixa.

5.3 - Escolaridade

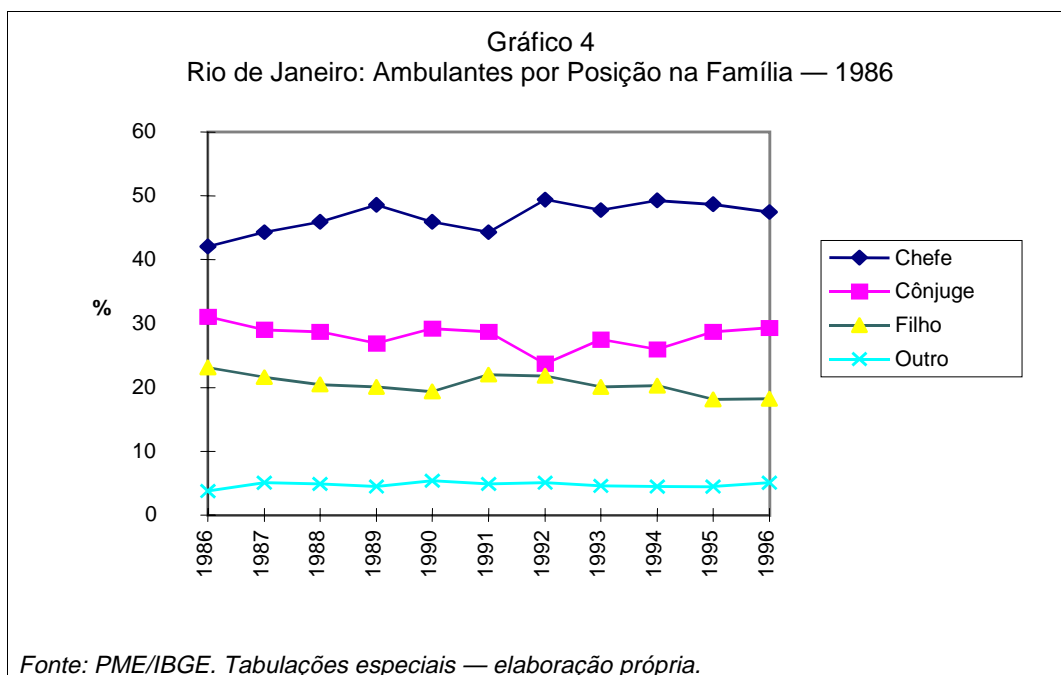
A composição educacional dos ocupados em comércio ambulante mostra-se de certo modo surpreendente, quando não, pelo menos, interessante, principalmente sua evolução ao longo do período considerado. Os ambulantes aumentaram sua escolaridade na década em todas as regiões metropolitanas, embora no país ainda seja predominante a maior participação dos analfabetos. No Rio de Janeiro os ambulantes “sem instrução” foram e continuam sendo uma parcela minoritária. Vejamos. Aqui, a faixa educacional predominante é a dos com cinco até oito anos de estudo, a qual se manteve relativamente constante ao longo do período — entre 35% e 40% — apresentando um suave aumento até 1989, passando a decrescer a partir desse ano e terminando o período com 37,7%, apresentando taxa de crescimento muito reduzida.



O segundo grupo educacional que possuía maior peso no início do período considerado era o de um a quatro anos de estudo. Porém, esse grupo apresentou taxa de crescimento negativa durante o período de $-23,9\%$, perdendo sua posição de segundo lugar. O interessante é que o grupo que era o terceiro em peso, e que superou o anterior, tornando-se assim o segundo, foi exatamente o de nove a 11 anos de estudo, ou seja, pessoas que possuem, ou no mínimo iniciaram, o segundo grau! Esse grupo educacional apresentou um crescimento muito significativo, da ordem de 42% . Ou seja, no final do período, o número de ambulantes que possuem segundo grau atinge $1/4$ do total! O quarto grupo, os “sem instrução”, possuía pequena participação no início do período considerado, reduzindo-se em quase 40% no final da década no Rio de Janeiro, tendência que aconteceu em parte para todas as regiões metropolitanas. O aumento da escolaridade dos ambulantes foi, em parte, devido ao crescimento do grupo com nível de instrução de 12 anos ou mais, que expandiu-se em $1/3$ na década na região metropolitana fluminense.

5.4 - Posição na Família

Quando se observa a posição na família dos ocupados em comércio ambulante, percebe-se que o grupo dominante é o de chefes de família, que apresentou tendência crescente no período considerado, passando de pouco mais de 40% para quase 50% . Ou seja, esse grupo representa praticamente metade dos ocupados na atividade informal em questão. Esse fato configura um quadro muito sério, pois significa dizer que um grande número de famílias tem como principal fonte de renda a atividade de comércio ambulante, já que supostamente é o chefe quem sustenta a família, ficando os outros membros que também trabalham responsáveis por contribuir no orçamento doméstico. Logo, percebe-se que esta atividade informal não é procurada meramente como complementação da renda familiar.



O segundo grupo de maior peso é o de cônjuges, representando cerca de 30% do total de ocupados em comércio ambulante ao longo do período considerado. Esse grupo apresentou uma tendência decrescente suave durante o período, podendo-se dizer que permaneceu relativamente constante. É interessante notar que, nesse grupo, as oscilações se tornaram cada vez menores durante o período, o que demonstra um menor fluxo de entradas e saídas de cônjuges no exercício dessa atividade. Juntamente com os chefes, eles abrangem entre 70% e 80% do total de ocupados nessa atividade informal, reafirmando a seriedade da participação da renda oriunda de atividades ambulantes para o orçamento doméstico. Destaca-se o fato de que a participação do grupo de filhos nesse tipo de atividade informal vem decrescendo ao longo do período, apresentando uma taxa de crescimento negativa de -21,3%. Ressalta-se que as oscilações desse grupo no final do período foram maiores que no início, demonstrando maior fluxo de entradas e saídas de filhos nas atividades de comércio ambulante. O que denota a não confirmação de que essas atividades são procuradas simplesmente para complementar o orçamento doméstico, e como opção de primeiro emprego para os filhos, com o intuito de ganhar experiência, e como fonte de renda até arranjar um emprego no mercado de trabalho formal. Ou melhor, esses fatos existem, contudo, cada vez mais pessoas se inserem em atividades de comércio ambulante por outros motivos além desses. O grupo denominado outros (ou seja, agregados, pensionistas etc.) é o que possui menor peso dentro da atividade de comércio ambulante: apesar de sua insignificante tendência levemente crescente durante o período, permaneceu em torno de 5% do total de ocupados na atividade em questão. Portanto, essa atividade não exerce mais o papel fundamental de absorvedora da mão-de-obra migrante, ou de pelo menos principal porta de entrada para o mercado de trabalho nas grandes regiões metropolitanas — no que se refere a migrantes com o perfil de agregados, pensionistas etc. Destacando-se o fato de que, além de apresentar o menor nível de oscilações dentre todos os grupos no período, esse nível não reduziu-se significativamente ao longo dos anos considerados. O que demonstra que a explicação da inserção em atividades informais devido à situação de migrante (entre regiões diferentes, ou simplesmente rural-urbano) ainda não se tornou totalmente insignificante para a compreensão da dinâmica das atividades de comércio ambulante na região metropolitana do Rio de Janeiro.

6 - CONCLUSÃO

A literatura socioeconômica concorda atualmente que o avanço das atividades ligadas à economia informal não se apresenta como fenômeno transitório, nem essas atividades desaparecerão espontaneamente em um futuro previsível na economia nacional e mundial. Este trabalho demonstra que, para a última década, esse é um fato comprovado empiricamente para as regiões metropolitanas brasileiras.

Por esta breve análise do comércio ambulante fica nítida a tendência da economia do Rio de Janeiro de continuar sofrendo um processo lento de esvaziamento econômico, pois a PEA e PO tiveram as menores taxas de expansão de todas as

regiões metropolitanas, enquanto os ambulantes cresceram positivamente, sendo a evolução da relação destes com a PEA a segunda trajetória mais expressiva da economia metropolitana brasileira. Ou seja, Rio de Janeiro se mantém numa rota de precarização das relações de trabalho.

Quanto ao perfil dos ambulantes do Rio de Janeiro, várias questões interessantes foram levantadas no trabalho. Vale lembrar que esta região é tida como uma das que apresentam menores taxas de desemprego aberto. Quem são os ambulantes cariocas? Primeiro, a divisão sexual do trabalho mostra que há maior participação dos homens, ficando talvez o perfil feminino preponderante para o segmento de vendedores “porta a porta”, que infelizmente os dados não permitem comprovar. Segundo, identifica-se um nível relativamente alto de maturidade dos ocupados nesse tipo de atividade. Terceiro, destaca-se que o comércio ambulante cada vez menos representa um refúgio para os menos escolarizados — já que os ocupados com menos de quatro anos de estudo viram sua participação reduzir-se ao longo do período considerado, enquanto a participação de pessoas qualificadas nesse tipo de atividade vem apresentando tendência crescente sustentada, a ponto de representar 1/3 do total de ambulantes — apresentando taxa de crescimento de 40,7% para o grupo de nove até 11 anos de estudo, e taxa de 31,1% para o grupo com 12 anos ou mais de estudo. Portanto, ao contrário do que se esperava — principalmente segundo as abordagens de informal como precarização da mão-de-obra, como visto na Seção 2 deste artigo — ocorre uma tendência clara ao crescimento da qualificação do ocupado em comércio ambulante. Ou seja, o que pode ser observado é um trabalhador ambulante cada vez mais escolarizado! Esse fato demonstra que a dificuldade em encontrar emprego não mais se circunscreve aos redutos de baixa escolaridade, mas tem corroído todos os níveis educacionais sem fazer acepção de pessoas. Quarto, ressalta-se a grande importância da atividade de comércio ambulante para as famílias da região metropolitana considerada, pois as duas principais posições dentro da família (chefe e cônjuge) compõem a quase totalidade dos ambulantes do Rio de Janeiro — chamando a atenção para o fato de serem estas atividades cada vez mais o sustentáculo do orçamento doméstico, portanto, o principal meio de vida para muitas famílias inteiras.

Conclui-se, então, pela necessidade de uma análise maior desse segmento do setor serviços, especificamente no tocante à parcela do comércio ambulante que trabalha nas ruas, a fim de possibilitar a verificação do grau de adequação desse perfil geral das atividades de comércio ambulante, obtido pelos dados da PME, às características dos ocupados na citada parcela, denominados “camelôs”, na região metropolitana do Rio de Janeiro.

BIBLIOGRAFIA

AMADEO, E., PERO, V., MEYER, J. Uma análise da qualidade da ocupação nas regiões metropolitanas do Rio de Janeiro e de São Paulo em 1990. *Pesquisa e Planejamento Econômico*, Rio de Janeiro, IPEA, v. 26, n. 1, 1996.

BARROS, R. P. de., MENDONÇA, R. *A estrutura do emprego e a qualidade dos postos de trabalho no setor serviços*. Rio de Janeiro: IPEA, 1997 (Série Seminários, 3).

- BARROS, R. P. de., MELLO, R., PERO, V. *Informal labor contracts: a solution or a problem?* Rio de Janeiro: IPEA, fev. 1993 (Texto para Discussão, 291).
- CACCIAMALI, M. C. *Setor informal urbano e formas de participação na produção*. São Paulo: USP/IPE/FEA, 1983 (Tese de Doutorado).
- . *Informalização recente do mercado de trabalho brasileiro*. Ministério do Trabalho. Secretaria de Emprego e Salário, 1989 (Texto para Discussão, 19).
- . As economias informal e submersa: conceitos e distribuição de renda. In: CAMARGO, J. M., GIAMBIAGI, F. (orgs.) *Distribuição de Renda no Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.
- . A economia informal 20 anos depois. *Indicadores Econômicos FEE: Desempenho da Economia do Rio Grande do Sul — 1993*, Porto Alegre, v. 21, n. 4, p. 217-32, 1994.
- COSTA, E. *Anel, cordão, perfume barato: uma leitura do espaço do comércio ambulante na cidade de São Paulo*. São Paulo: Eusp/Nova Stela, 1989.
- IBGE. *Economia informal urbana — município do Rio de Janeiro, 1994*. Rio de Janeiro, 1996.
- . *Pesquisa Mensal de Emprego (PME)*, vários anos.
- . *Estrutura produtiva empresarial brasileira — 1994*. Rio de Janeiro, 1997.
- IPEA/MTE/ANPEC. *Boletim Mercado de Trabalho — Conjuntura e Análise*, Ano 3, n. 7, fev. 1998, e Ano 4, n. 10, jun. 1999.
- LESSA, C. O Rio volta a ser o vértice Atlântico. *Anais do VII Encontro dos Economistas do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro: Corecon/Ierj/Sindecon, 1995.
- LOPEZ, N., MONZA, A. Un intento de estimacion del sector informal urbano en la Argentina. *Desarrollo Económico — Revista de Ciencias Sociales*, Buenos Aires Instituto de Desarrollo Económico y Social, v. 35, Oct./Dic. 1995.
- LUBAMBO, C. W., ARAUJO, M. S. P., NOGUEIRA, R. M., BOMPASTOR, S. C. *Operação camelô: intervenção no comércio de rua no centro do Recife*. Recife: Fundaj, 1993, mimeo.
- MACHADO, A. F., ANDRADE, M. V. Setor informal: porta de entrada para o migrante? *Anais do IV Encontro Nacional de Estudos de Trabalho da Abet*, v. II, 1995.
- MELO, H., ROCHA, F., FERRAZ, G., DI SABBATO, A., DWECK, R. O setor serviços no Brasil: uma visão global — 1985/1995. *A Economia Brasileira em Perspectiva 1998*, Rio de Janeiro: IPEA, v. 2, 1998.
- MELO, H. P. de. *Os serviços e a economia informal urbana — notas preliminares*. Rio de Janeiro, 1999, mimeo.

- MEZZERA, J. Excess labor supply and the urban informal sector: an analytical framework. In: MARGUERITE, B., BUVINIC, M. (ed.) *Women's ventures: assistance to the informal sector in Latin America*. Kumarian Press, Inc, 1990.
- NETO, J. M. Mercado informal — roteiro para uma nova agenda de pesquisa. *Anais do III Encontro Nacional de Estudos do Trabalho*, Rio de Janeiro: Abet, v. II, 1993.
- OIT. *Employment, incomes and equality: a strategy for increasing productive employment in Kenya*. Genebra, 1972.
- . *Más empleos com crecimiento rápido. El caso de República Dominicana*. Genebra, 1973.
- PERO, V. *Terciarização e qualidade do emprego no início dos anos 90*. Rio de Janeiro: UFRJ/IEI, 1995 (Tese de Mestrado).
- PERO, V., URANI, A. Os trabalhadores informais querem emprego com contrato formal de trabalho? *Archétypon*, Rio de Janeiro, Ano 2, n. 5, p. 61-84, 1994.
- PINTO, A. Metropolización y terciarización: malformaciones estructurales en el desarrollo latinoamericano. *Revista de la Cepal*, n. 24, Dec. 1984.
- PIRES, E. L. S. O trabalho informal nos anos 80: novos rumos teóricos e perspectivas analíticas. *Anais do III Encontro Nacional de Estudos do Trabalho*, Rio de Janeiro: v. II, Abet, 1993.
- PREALC. *Políticas de empleo en América Latina*. Santiago de Chile, 1974.
- PREBISCH, R. *Hacia una dinámica del desarrollo latinoamericano*. México: Fondo de Cultura Económica, 1963.
- SOUZA, P. R. Emprego, salários e pobreza. *Economia e Planejamento: Série Teses e Pesquisas*. São Paulo: Hucitec/Funcamp, 1980.
- TOKMAN, V. E. Una exploración sobre la naturaleza de las interrelaciones entre los sectores informal y formal. *Revista de la Cepal*, primeiro semestre, 1978.